

SUMÁRIO

<i>Dedicatória</i>	V
<i>Apresentação</i>	VII
<i>Agradecimentos</i>	IX
<i>Ao leitor</i>	XIII
<i>Dedicatória da primeira edição</i>	XVII
<i>Dedicatória da segunda edição</i>	XIX

PRIMEIRA PARTE — TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. Origem e acepções do vocábulo <i>recurso</i>	3
2. Recurso: espécie do gênero remédio jurídico	5
3. Da razão de ser dos recursos	6
4. Natureza jurídica do recurso	7
5. Atos processuais sujeitos a recurso	9
6. Efeitos dos recursos	15
7. Vícios suscetíveis nos recursos: defeitos das decisões	18
8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	25
9. Requisitos de admissibilidade	30
9.1. Cabimento	31
9.2. Legitimidade recursal	34
9.2.1. Noção geral	34
9.2.2. Legitimidade recursal na qualidade de parte	34
9.2.3. Legitimidade recursal do Ministério Público	37
9.2.4. Legitimidade recursal do terceiro prejudicado	41
9.3. Interesse recursal	45
9.3.1. Generalidades	45

9.3.2. Hipóteses de ausência de interesse recursal	48
9.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo	52
9.4.1. Noção geral	52
9.4.2. Renúncia ao direito de recorrer	52
9.4.3. Aceitação ou aquiescência	55
9.4.4. Desistência do recurso	56
9.4.5. Outros fatos impeditivos	60
9.5. Tempestividade	61
9.5.1. Definição	61
9.5.2. Dos prazos recursais	62
9.5.3. Contagem do prazo recursal	67
9.5.3.1. Princípio norteador	67
9.5.3.2. Intimação no sábado	68
9.5.3.3. Intimação na sexta-feira	69
9.5.3.4. Intimação nas férias forenses	70
9.5.3.5. Quarta-feira de cinzas	71
9.5.3.6. Intimação e publicação	74
9.5.3.7. Destinatário da intimação	77
9.5.3.8. Intimação de decisão publicada em audiência	78
9.5.3.9. Intimação de decisão publicada em cartório	79
9.5.3.10. Intimação de acórdão	81
9.5.3.11. Aferição da tempestividade	82
9.5.4. Suspensão e interrupção do prazo recursal	85
9.5.4.1. Generalidades	85
9.5.4.2. Suspensão por superveniência de férias forenses	86
9.5.4.3. Suspensão por obstáculo ao exercício do direito de recorrer	89
9.5.4.4. Suspensão por perda da capacidade processual	90
9.5.4.5. Suspensão por oferecimento de exceção	90
9.5.4.6. Interrupção por falecimento da parte ou de seu advogado	90
9.5.4.7. Interrupção por motivo de força maior	91

9.5.4.8. Embargos de declaração: regra da interrupção e exceção da suspensão	91
9.5.4.9. Inexistência de suspensão e de interrupção	95
9.5.5. Sobrestamento do prazo recursal	97
9.6. Regularidade formal	98
9.7. Preparo	108
10. Princípios norteadores do sistema recursal cível brasileiro	117
10.1. Conceito de princípio jurídico	117
10.2. Princípio do duplo grau de jurisdição	117
10.3. Princípio da taxatividade	119
10.3.1. Noção geral	119
10.3.2. Recurso adesivo	120
10.3.2.1. Generalidades	120
10.3.2.2. Regularidade formal, tempestividade, legitimidade e preparo	124
10.3.2.3. Recurso adesivo, juízo de admissibilidade e juízo de mérito	127
10.3.3. Pedido de reconsideração	128
10.3.3.1. Generalidades	128
10.3.3.2. Hipóteses excepcionais que ensejam pedido de reconsideração	130
10.3.4. Correição parcial ou reclamação correicional	132
10.3.5. Reclamação	137
10.3.6. Mandado de segurança	141
10.3.7. Suspensão de segurança	150
10.3.8. Remessa obrigatória ou reexame necessário	152
10.3.8.1. Nomen iuris e natureza jurídica	152
10.3.8.2. Hipóteses de remessa obrigatória	154
10.3.9. Uniformização de jurisprudência	157
10.3.9.1. Natureza jurídica do instituto	157
10.3.9.2. Pressupostos do incidente	159
10.3.9.3. Legitimidade	166
10.3.9.4. Suscitação do incidente	166

10.3.9.5. Do procedimento e do julgamento do incidente	168
10.3.9.6. Da recorribilidade	176
10.3.9.7. Uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais	178
10.3.9.8. Incidente do § 1º do artigo 555 do CPC	182
10.3.10. Incidente de inconstitucionalidade	184
10.3.10.1. Controle jurisdicional de constitucionalidade no direito brasileiro e incidente de inconstitucionalidade	184
10.3.10.2. Natureza jurídica do instituto	187
10.3.10.3. Obrigatoriedade da instauração do incidente: regra. Exceção da dispensa do incidente	187
10.3.10.4. Alcance da expressão “ <i>lei ou ato normativo do poder público</i> ”	188
10.3.10.5. Legitimidade para suscitar o incidente de inconstitucionalidade	190
10.3.10.6. Procedimento do incidente de inconstitucionalidade	191
10.3.10.7. Efeitos do julgamento do incidente de inconstitucionalidade	193
10.3.10.8. Da recorribilidade	195
10.4. Princípio da singularidade	196
10.5. Princípio do esgotamento das vias recursais	201
10.6. Princípio da fungibilidade recursal	207
10.6.1. Generalidades	207
10.6.2. Hipóteses de fungibilidade recursal	211
10.6.3. Hipóteses de impossibilidade da fungibilidade recursal	227
10.7. Princípio da proibição da reformatio in peius	241
10.7.1. Generalidades	241
10.7.2. Reformatio in peius e matéria de apreciação oficial	243
10.7.3. Reformatio in peius e remessa obrigatória	244

10.7.4. Da proibição da reformatio in melius	244
10.8. Direito intertemporal dos recursos: princípio da aplicação da lei vigente ao tempo da publicação da decisão	245
10.9. Princípio da consumação	255
10.10. Princípio da dialeticidade	260
10.11. Princípio da voluntariedade	261
10.12. Princípio da personalidade	261
11. Classificações dos recursos cíveis brasileiros	262

SEGUNDA PARTE — DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

12. Apelação	277
12.1. Notícia histórica. Cabimento: regra e exceções	277
12.2. Tempestividade	288
12.3. Regularidade formal	289
12.4. Preparo	293
12.5. Procedimento no juízo a quo	294
12.6. Efeito de retratação	296
12.7. Efeito suspensivo	298
12.7.1. Generalidades	298
12.7.2. Efeito suspensivo e concessão judicial	300
12.7.3. Execução e apelação sem efeito suspensivo	302
12.8. Procedimento no tribunal ad quem	306
12.9. Extensão da apelação	315
12.9.1. Generalidades	315
12.9.2. Extensão da apelação e sentença citra petita	315
12.9.3. Extensão da apelação e sentença terminativa	317
12.10. Profundidade da apelação	318
12.11. Questões de fato novas e documentos novos	330
12.12. Efeito substitutivo	334
13. Embargos infringentes de alçada	335
13.1. Cabimento	335
13.2. Regularidade formal	344
13.3. Tempestividade	345

13.4. Preparo	346
13.5. Dos efeitos	346
13.6. Do procedimento e do julgamento	348
13.7. Da recorribilidade	350
14. Recurso inominado	352
14.1. Cabimento	352
14.1.1. Generalidades	352
14.1.2. Recurso inominado e decisão interlocutória	353
14.1.3. Recurso inominado e recurso adesivo	355
14.1.4. Recurso inominado e apelação	356
14.2. Tempestividade	357
14.3. Regularidade formal	361
14.4. Preparo	362
14.5. Desistência	364
14.6. Procedimento e julgamento	365
14.7. Recorribilidade	368
15. Agravos	369
15.1. Notícia histórica e generalidades	369
15.2. Agravo contra decisão interlocutória: de instrumento e re- tido	372
15.2.1. Cabimento e modalidades	372
15.2.1.1. Da recorribilidade das decisões interlocutó- rias no processo civil: regra e exceções ...	372
15.2.1.2. “ <i>Despachos</i> ” agraváveis	374
15.2.1.3. “ <i>Sentenças</i> ” agraváveis	376
15.2.1.4. Decisões interlocutórias agraváveis	382
15.2.1.5. Ação decidida em interlocutória	384
15.2.1.6. Questão incidental em sentença	388
15.2.1.7. A regra da escolha da subespécie pelo agra- vante e as exceções da vinculação legal ..	388
15.2.2. Prazo recursal	391
15.2.3. Regularidade formal dos agravos retido e de ins- trumento. Agravo retido e juízo de admissibilidade .	394
15.2.4. Preparo	405

15.2.5. Procedimento do agravo de instrumento	406
15.2.6. Dos efeitos dos agravos de instrumento e retido	412
15.2.6.1. Efeito suspensivo	412
15.2.6.2. Efeitos devolutivo e de retratação	415
15.2.6.3. Efeitos obstativo, substitutivo e expansivo	416
15.3. Agravo interno	418
15.3.1. Natureza jurídica	418
15.3.2. Nomen iuris	419
15.3.3. Cabimento	422
15.3.3.1. Generalidades	422
15.3.3.2. Agravo interno e decisão monocrática in- deferitória de suspensão em mandado de segurança	424
15.3.3.3. Agravo interno contra decisão monocrá- tica do inciso III do artigo 527	426
15.3.3.4. Agravo interno e decisão monocrática denegatória ou concessiva de provimento liminar em ação originária de mandado de segurança	431
15.3.4. Prazo recursal	434
15.3.5. Regularidade formal	436
15.3.6. Preparo	436
15.3.7. Efeitos	438
15.3.8. Procedimento	439
15.3.9. Da multa processual	441
15.3.10. Recorribilidade	443
15.4. Agravo de instrumento contra decisão de inadmissão de recursos extraordinário e especial	443
15.4.1. Cabimento	443
15.4.2. O agravo de instrumento do artigo 544 e os outros agravos	446
15.4.3. Tempestividade e regularidade formal	449
15.4.4. Preparo: desnecessidade	454
15.4.5. Do procedimento na origem	454

15.4.6. Do procedimento no tribunal ad quem	457
16. Embargos de declaração	459
16.1. Notícia histórica	459
16.2. Acepções do vocábulo <i>embargos</i>	459
16.3. Nomen iuris	459
16.4. Natureza jurídica dos embargos declaratórios	460
16.5. Cabimento	462
16.5.1. Generalidades	462
16.5.2. Embargos de declaração e despacho	464
16.5.3. Hipóteses de cabimento	465
16.5.4. Embargos de declaração e prequestionamento	467
16.5.5. Embargos de declaração contra decisão proferida em embargos declaratórios	468
16.5.6. Cabimento e juízo de admissibilidade	469
16.6. Exceção ao princípio da singularidade recursal	471
16.7. Escopo do recurso. Possibilidade da modificação do julgado embargado	473
16.8. Princípio da complementaridade	478
16.9. Regularidade formal	479
16.10. Prazo recursal	480
16.11. Desnecessidade de preparo	483
16.12. Procedimento e julgamento	483
16.13. Da regra da interrupção do prazo recursal e da exceção da suspensão	487
16.14. Da multa processual	494
17. Embargos infringentes	496
17.1. Notícia histórica	496
17.2. Escopo do recurso	496
17.3. Cabimento: generalidades	497
17.3.1. “ <i>Acórdão não unânime</i> ”	498
17.3.2. “ <i>Em grau de apelação</i> ” ou “ <i>ação rescisória</i> ”	505
17.3.3. “ <i>Reformado</i> ”	506
17.3.4. “ <i>Sentença de mérito</i> ”	509
17.3.5. “ <i>Procedente ação rescisória</i> ”	512

17.4. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio	513
17.5. Embargos infringentes e embargos de declaração	515
17.6. Embargos infringentes e agravo interno	517
17.7. Embargos infringentes e mandado de segurança originário ..	518
17.8. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança	519
17.9. Embargos infringentes e apelação em processo falimentar ..	522
17.10. Embargos infringentes e agravo retido	523
17.11. Embargos infringentes e agravo de instrumento	525
17.12. Embargos infringentes e recurso ordinário	527
17.13. Embargos infringentes e recurso inominado	528
17.14. Embargos infringentes e remessa necessária	529
17.15. Embargos infringentes e incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência	532
17.16. Embargos infringentes e ação direta de inconstitucionalidade	533
17.17. Tempestividade	537
17.18. Embargos infringentes dos sistemas recursais cível, penal e trabalhista: diferenças acerca do cabimento e da tempestividade	538
17.19. Regularidade formal	541
17.20. Preparo	543
17.21. Dos efeitos	545
17.22. Do procedimento	550
17.23. Do julgamento	557
17.24. De lege ferenda	559
18. Recurso ordinário	559
18.1. Notícia histórica	559
18.2. Generalidades	560
18.3. Recurso ordinário em causas internacionais	575
18.4. Recurso ordinário em mandado de segurança	578
18.4.1. Notícia histórica	578

18.4.2. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça	578
18.4.3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal	588
18.5. Recurso ordinário em habeas data e em mandado de injunção	589
19. Recurso especial	590
19.1. Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	590
19.2. Jurisdição, composição e organização do Superior Tribunal de Justiça	592
19.3. Cabimento	594
19.3.1. Generalidades	594
19.3.2. Recurso especial em remessa obrigatória	602
19.3.3. Recurso especial em uniformização de jurisprudência do artigo 476	604
19.4. Recurso especial pela alínea “a”	604
19.5. Recurso especial pela alínea “b”	612
19.6. Recurso especial pela alínea “c”	615
19.7. Recurso especial retido	618
19.7.1. Generalidades	618
19.7.2. Recurso especial retido e tempestividade	620
19.7.3. Desistência tácita	620
19.7.4. Recurso especial retido e agravo retido	621
19.8. Tempestividade	623
19.9. Preparo	626
19.10. Regularidade formal e interesse recursal	626
19.11. Efeitos do recurso especial	628
19.12. Procedimento	633
19.13. Julgamento do recurso especial. Julgamento da causa. Inadmissibilidade de reexame de prova. Possibilidade do exame de questão de fato	634
20. Recurso extraordinário	637
20.1. Notícia histórica	637

20.2. Cabimento	639
20.2.1. Generalidades	639
20.2.2. Recurso extraordinário e decisão de juiz de primeiro grau	650
20.2.3. Recurso extraordinário em acórdão de turma de juizados especiais	651
20.2.4. Recurso extraordinário em reexame necessário ...	653
20.2.5. Recurso extraordinário em incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência	654
20.2.6. Recurso extraordinário e acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça	656
20.2.7. Recurso extraordinário e julgado do Supremo Tribunal Federal	656
20.3. Recurso extraordinário pela alínea “a”	657
20.4. Recurso extraordinário pela alínea “b”	664
20.5. Recurso extraordinário pela alínea “c”	665
20.6. Recurso extraordinário retido	666
20.7. Tempestividade	668
20.8. Regularidade formal	674
20.9. Preparo	678
20.10. Procedimento e julgamento do recurso extraordinário	678
21. Embargos de divergência	683
21.1. Notícia história e finalidade do recurso	683
21.2. Embargos de divergência e institutos afins	684
21.2.1. Embargos de divergência e recurso especial pela alínea “c”	685
21.2.2. Embargos de divergência e embargos infringentes.	685
21.2.3. Embargos de divergência e uniformização de jurisprudência	687
21.3. Do cabimento dos embargos de divergência	688
21.3.1. Do julgado embargado	688
21.3.2. Do julgado paradigma	697
21.4. Do prazo recursal	700
21.5. Da regularidade formal	701

21.6. Do preparo	703
21.7. Do interesse recursal	704
21.8. Dos efeitos	706
21.9. Do procedimento	708
21.10. Do julgamento	711
21.11. Dos recursos	713
21.12. De lege ferenda	715

TERCEIRA PARTE — AÇÃO RESCISÓRIA

22. Ação rescisória.....	719
22.1. Notícia histórica.....	719
22.2. Natureza jurídica.....	720
22.3. Alvo da ação rescisória: julgado rescindendo	722
22.4. Das hipóteses de rescindibilidade.....	730
22.4.1. Generalidades	730
22.4.2. Prevaricação, concussão e corrupção	731
22.4.3. Impedimento e incompetência absoluta	734
22.4.4. Dolo rescisório, processo fraudulento e processo simulado	735
22.4.5. Ofensa à coisa julgada.....	738
22.4.6. Violação de literal disposição de lei	739
22.4.7. Prova falsa	744
22.4.8. Documento novo	746
22.4.9. Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia e transação	747
22.4.10. Erro de fato	751
22.5. Hipóteses de inadmissibilidade da ação rescisória	754
22.6. Ação rescisória e direito intertemporal.....	766
22.7. Do prazo decadencial.....	766
22.7.1. Generalidades	766
22.7.2. Termo inicial do prazo decadencial: regra e exceções	767
22.7.3. Termo final	769

22.7.4. Momentos da pronúncia da decadência	769
22.8. Da competência	770
22.9. Da legitimidade	771
22.10. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo	773
22.11. Do procedimento	778
22.12. Do julgamento	787
22.13. Da recorribilidade	792
22.14. Ação rescisória de julgado proferido em ação rescisória ...	795
APÊNDICE I — ENUNCIADOS E CONCLUSÕES	803
APÊNDICE II — EXPRESSÕES LATINAS	835
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>841</i>